

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PG-E EM ENSINO DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO/EAD/ ENCANTADO/RS

TÁSSIA STEFFEN CORRÊA

**CONTRIBUIÇÃO SOCIOLÓGICA NO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL NO
ENSINO MÉDIO**

Artigo de Conclusão de Curso a ser desenvolvido III
Módulo do Curso de Especialização em Ensino de
Sociologia para o Ensino Médio da UFSM

Orientadora: Leonice Aparecida de Fátima Alves
Pereira Mourad.

Santa Maria, RS, Brasil

2015

RESUMO

CONTRIBUIÇÃO SOCIOLÓGICA NO ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO MÉDIO

Autora: Tássia Steffen Corrêa

Orientadora: Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad.

Este trabalho apresenta um estudo, do qual buscou resgatar a história local da comunidade de Morro do Forno, importante distrito rural do município de Morrinhos do Sul, baseando-se através de uma fundamentação teórica e também por entrevistas orais com as pessoas da comunidade. Por meio deste, procura-se ressaltar a importância das histórias e “estórias” que fizeram e continuam a fazer parte da memória local, e do ambiente que foi determinante para que ocorressem habitações nessa região, como dos indígenas Xokleng, dos principais imigrantes, como de portugueses, espanhóis, italianos e alemães, do cultivo da banana, que é a principal economia da localidade, percebendo que nessa junção de valores e culturas, que se cria o sentimento de uma identidade. Desta maneira, foram instrumentos de pesquisa o patrimônio imaterial, como dos saberes “lembranças” especialmente das pessoas de mais idade sobre a cultura, religião, agricultura, valores, etc, e do patrimônio material como de fotografias, objetos, casas antigas, comércios e igreja. Assim, este artigo visa valorizar a cultura e memória sobre Morro do Forno, e dos conhecimentos sobre o mesmo local citados em uma bibliografia antiga, que até então era desconhecida da população, registrando estes conhecimentos e tornando-os acessível para todos.

Palavras-chave: Morro do Forno, memória, identidade.

TEMA: A importância da memória e da história local como ferramenta sociológica no Ensino Médio.

DELIMITAÇÃO DO TEMA: Contribuição sociológica no ensino de história local no Ensino Médio.

FORMULAÇÃO DO PROBLEMA:

A comunidade de Morro do Forno, pertencente ao município de Morrinhos do Sul, RS é um território recente quanto à estabilização de imigrantes europeus (estima-se que a imigração europeia no local tenha se iniciado no final do século XIX), existindo raríssimos registros que se tenham preservados até o momento.

Quanto aos conhecimentos orais, apenas as pessoas mais idosas da localidade descrevem partes deste tempo, com breves relatos que ouviram das gerações anteriores. Porém, quando perguntadas sobre uma população mais antiga, que seriam os indígenas, alguns dos entrevistados se identificam com esta descendência, mas deixam transparecer o quanto eram retrógrados e insignificantes, discursos que eram passados na época para a aculturação, assim como expulsão e posse das terras dos indígenas.

Portanto, se apresentam inúmeras dificuldades ao se realizar este trabalho. Enumeram-se a escassez de registros, de conhecimentos orais e principalmente de um estudo aprofundado da região, partindo do pressuposto que as fontes científicas utilizadas devem ser de pequenos comentários de outros livros. Por estes motivos, buscando a investigação dos relatos, fotografias, registros e fontes que citam o tema, a pesquisa propõe resgatar e valorizar a memória local da comunidade, aplicando e incrementando os saberes no Ensino Médio.

HIPÓTESES:

- O nome da comunidade de Morro do Forno estaria ligado à formação geográfica de montanhas que se assemelhavam com um forno, onde existe apenas uma entrada e saída;
- O Morro do Tigre estaria vinculado ao felino atribuído com um tigre que habitava a região;
- Seria a formação geográfica da comunidade que tornou a região mais importante para os indígenas no aspecto religioso e militar;
- Corresponderia mais as mulheres indígenas a compor a miscigenação do “branco” com o “índio”;

- A religião e o governo seriam os principais culpados pelo emprego de recursos para a aculturação e eliminação das características indígenas da região;
- A relação da vinda de imigrantes e posse das terras seriam os responsáveis para o desaparecimento do Quilombo em Morrinhos do Sul, RS.

JUSTIFICATIVA:

A cada nova geração a transformação do modo de vida é ainda mais evidente. As próprias crianças já nascem cronometradas e atarefadas por conta dos afazeres dos pais. Acompanhadas por uma rápida mudança tecnológica, e por uma “competição” promovida pelo sistema capitalista, as mesmas são motivadas a aderir dos produtos do modernismo, ao mundo virtual, onde o diálogo e o contato físico são trocados por chats, e a felicidade atribuída por uma ilusão descrita em páginas sociais e midiáticas.

Em relação aos estudos, muitos estudantes não utilizam mais dos livros, dos debates e trocas de conhecimentos, pois o google já trás a resposta pronta, sem a precisão de pensar e raciocinar o tema proposto. Isto não quer dizer, que fazer uso da internet seja incorreto, pois quando utilizada para agregar conteúdo é uma ótima ferramenta.

Percebendo algumas destas incoerências sociais, o propósito deste trabalho é abordar sobre a preservação da memória e história como fundamento sociológico da comunidade, visando à aplicação dos conhecimentos agregados na disciplina de Sociologia no Ensino Médio, buscando realizar o manuseamento de outras fontes para o ensino, como dos relatos orais, fotografias, documentos e livros, e para que o aluno tenha uma visão mais plena da realidade e do meio em que vive.

Espera-se com esta abordagem, provocar uma aproximação do convívio social, criando uma parceria da escola com a comunidade, com diálogo e questionamento com as pessoas do local, tornando o ser humano menos individualista. Assim, os estudantes poderão contextualizar os assuntos estudados, levando à um senso crítico e investigativo para a criação de um ambiente de cidadania, como dizia Paulo Freire; “uma criança que tem uma ampla visão do estereótipo se sobressai das demais e desempenha um melhor papel na sociedade.”.

Desta maneira, investir na proposta do emprego de sociologia e história local é um tema importante a se tratar no ensino médio, pois possibilita a ampliação do saber histórico, além de criar uma identidade para os estudantes, uma vez que eles passam a conhecer a sua história, dos seus amigos e familiares, ou seja, passam a compreender a sociedade.

Logo, com um bom embasamento estabelecido pelo professor de sociologia, os jovens tenderão a respeitar o local em que vivem, preservando-o e conservando-o. Não adianta tantas

atividades de conscientização ou de sensibilização se a pessoa não se sentir parte desse ambiente e responsável por ele.

Além de respeitar o patrimônio, o embasamento também propõe a valorização do idoso, fonte de valioso conhecimento, figura em que se fez presente na sua história social, que trabalhou na comunidade, que compartilhou de muitas das modificações e permanências culturais. Por isto, precisam compreender nas pessoas de mais idade, como personagens ilustres do passado, representantes do tempo que ainda atuam no presente, e que deixam com toda certeza um legado para quem um dia a esta localidade pertencer.

Portanto, debater sobre esta proposta inclui uma variedade de valores, pois valoriza o patrimônio, o idoso, as pessoas em geral, compreende o sistema em que vive, sua cultura, identifica-o como indivíduo, capaz de entender e modificar os problemas da sociedade, e preserva o maior bem cultural, a memória.

OBJETIVO GERAL:

Despertar o interesse dos alunos para as diferentes memórias que existem na comunidade, e compreendê-las no processo de construção da comunidade e no reflexo desta no indivíduo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Abordar as características básicas do município de Morrinhos do Sul/RS;
- Estudar sobre os indígenas que habitavam o Litoral Norte Gaúcho;
- Conhecer sobre o projeto de ligamento das lagoas do RS à SC;
- Estudar sobre a presença negra na região;
- Compreender os motivos que levaram os imigrantes a se estabelecerem no local;
- Reconhecer a memória como fonte essencial para o desenvolvimento humano;
- Identificar as mudanças sociológicas promovidas pelo tempo.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA:

1. MUNICÍPIO DE MORRINHOS DO SUL

Morrinhos do Sul é um município localizado no litoral norte gaúcho, limitando ao norte com Mampituba, e ao sul com a cidade de Três Cachoeiras, a leste com os municípios de Torres e Dom Pedro de Alcântara e a oeste com Três Forquilhas. Ficando a 35 km da divisa com Santa Catarina e a 12 km da BR 101 (Três Cachoeiras) cujos 12 km são asfaltados desde 2007.

Sua altitude é de 1045 metros, uma área que abrange 172 km quadrados com aproximadamente 3.182 habitantes, segundo o censo realizado no ano de 2010. Apresentam em sua topografia morros, serras e campos, sua hidrografia é rica tendo como principal o Rio dos Negros e a lagoa do Morro do Forno.

Sua principal fonte de renda é a agricultura, com o plantio da banana e do arroz, cana de açúcar, hortifrutigranjeiros, produção ecológica e a pecuária.

O município evoluiu demasiadamente com a emancipação em 1992 do município de Torres, podendo hoje contar com postos de saúde, transporte escolar em todos os níveis de ensino inclusive disponibilizando o transporte universitário para Torres, estradas mais acessíveis para a escoação agrícola, sindicato dos trabalhadores rurais com sede própria, correio, ginásios de esportes, um pequeno mais diversificado comercio suprindo a necessidade da população e um fácil acesso a telecomunicação como telefonia fixa e móvel e internet.

O município possui muitas comunidades, tais como: Morrinhos, Perdida, Morro de Dentro, Tajuvas, Chapecózinho, Rio Bonito, Pixirica, Rio do Mengue, Costão, Vila Três Passos e Morro do Forno.

Justamente sobre o Morro do Forno, que é o segundo distrito e a maior comunidade rural do município que a pesquisa será norteadada, ressaltando a história, memória e sociedade, do qual possui um valor imensurável para os habitantes como sujeitos sociais.

2. INDÍGENAS QUE HABITAVAM O LITORAL NORTE GAÚCHO

Muitos grupos indígenas não se denominavam com um nome próprio, como foi o caso do grupo indígena Xokleng, que habitavam o litoral norte gaúcho. Identificavam-se como “nós” e, todos os demais estranhos, como os “outros”. A preocupação em classificar e etiquetar grupos indígenas sempre foi dos colonizadores que chegaram depois.

Sobre os Xokleng, Lauro Pereira da Cunha aborda:

No Rio Grande do Sul do século XIX, os índios tidos como “selvagens” eram os antepassados dos grupos hoje pertencentes à Família Linguística Jê Meridional, Tronco Macro-Jê, que a atual literatura antropológica e indigenismo denominam de Xokleng e Kaingang. Na nomenclatura daquele século, eram conhecidos principalmente por Botocudos e Coroados, respectivamente. Mesmo que ambos pertençam a uma família linguística que os integrantes de uma língua não compreendiam os falantes de outra. (DA CUNHA: 2012, p.77).

Conforme André Jacobus, os Xokleng, também conhecidos como Botocudos, no século XIX viviam restritos às florestas do Litoral Norte, nos vales dos rios Maquiné, Três Forquilhas e Mampituba. Viviam em pequenos grupos dispersos, dos quais poderiam ser nômades e seminômades, sua linguagem era emaranhada e não praticavam agricultura.

De imediato, não houve interesse dos primeiros colonizadores e das autoridades em conhecer as características dos Xokleng, apenas referiam-se à eles como selvagens, bárbaros, inimigos.

Na virada do século XVIII para o XIX, concomitantemente começam a aparecer as primeiras notícias de atritos. Cada vez mais, os colonos empurravam os indígenas para as encostas da serra, e estes se viam esmagados, escasseando seu território e alimentação, obrigando-os a lutarem ferozmente pela sobrevivência, já que os colonos não estavam dispostos a qualquer forma de alianças.

Ao passar por Torres em sua vinda para assumir a presidência da Província sulina, em fevereiro de 1824, o desembargador José Feliciano Fernandes Pinheiro, futuro Visconde de São Leopoldo, em conversa com o Comandante Paula Soares, que residia em Torres, pretendiam instalar uma colônia de imigrantes alemães na região. Ambos consideravam isso muito importante sob um ponto de vista militar. A melhor localização deveria ser onde dispusesse de uma acessibilidade navegável e o perigo indígena menos eminente. Em relação ao assunto, Soares informou:

Há um grande espigão “do Jacaré”, outro no “Morro do Forno”, e tudo isso beira Lagoa e esta, comunicada com o rio: tudo isso está inculto pelo receio do gentio; mas entrando porção de gente já desvanece aquele. Mas parece-me ter ouvido a V. Ex^a que os suíços não eram afeitos ao sertão, e pelo contrário eram habituados à vida do campo, portanto sendo assim em vão forcejariamos para eles se estabelecerem e gozarem de bondade e riqueza natural destas florestas. (AHRs: Imigração, terras e colonização. Maço 72. Correspondência de 01 de abril de 1825 ápod DA CUNHA: 2012, p. 115-116).

Os relatos da época apontam que, as terras altas entre as duas pequenas lagoas interioranas eram boas para a agricultura, porém eram ocupadas por “índios selvagens”, que eram vistos como intrusos do seu próprio território. Desta forma, existia um grande motivo para enviar pessoas a residirem nesse local, onde passariam a disputar e expulsar os indígenas.

Os terrenos compreendidos entre as barras dos rios das Pacas e Monteiro são devolutos, apresentando condições admiráveis para serem cultivadas: são eles os mais férteis e produtivos de toda a costa. Infestados, porém, pelos indígenas cuja tribo existente entre as cabeceiras dos rios Araranguá e Tubarão abaixo da serra, eles tem sido conservados na esterilidade, quando poderiam apresentar um centro de admirável produção. A população, porém, foge de suas margens, temendo as excursões periódicas dos indígenas. (AHRs. A-7. 09. Documento anexado a Fala do Presidente Francisco Homem de Mello à Assembleia Legislativa em setembro de 1867 ápod DA CUNHA: 2012 p. 181).

Ainda sobre as proximidades de Morro do Forno Da Cunha descreve sobre a religiosidade destes povos:

Pela frequência com que os índios aparecem nesse local (na documentação) talvez ele fosse um dos seus lugares sagrados ou sítio de rituais xamânicos. Pelo menos é o que afirma a tradição oral dos próprios Xokleng contemporâneos e também dos moradores desta localidade, consultados por Ruschel: “Diz a tradição que eles tinham até um “lugar sagrado”, que era “Morro do Forno”, e que às vezes,

vinham até as praias para recolher “Sururu” (marisco)”. Em outra ocasião, escrevendo sobre as potencialidades do turismo rural na região, este autor relata que: (DA CUNHA: 2012 p. 181-182).

Sempre ladeando nas encostas ocidentais da velha “Serra dos Alemães”, por vezes o turista poderá avistar a lagoa do Morro do Forno e, lá de longe, o próprio morro deste nome, o qual era sagrado para os bugres que ali ainda viviam nos primórdios da colonização alemã. (RUSCHEL: 2004, p. 703-704 ápuD DA CUNHA: 2012 p. 182).

Percebe-se a partir das descrições a importância do território conhecido como Morro do Forno para os Xokleng, tanto pelo lado místico e religioso, quanto pelo lado estratégico de guerra, já que o território é cercado por montanhas, possuindo apenas uma entrada que não possui morros, sendo esta entrada alagadiça pela extensão que a lagoa possuía nas partes mais baixas. Assim, para chegar nestas terras, as adversidades do ambiente, mais animais selvagens e os próprios índios tornavam praticamente inacessível atravessar este território.

Segundo a crença dos habitantes dessa região, o nome batizado à localidade corresponderia à tempos muito remotos, onde avistaram um território com apenas uma entrada, cercada por montanhas, muralhas, comparando aquelas particularidades com um forno, onde existia apenas uma entrada, que por sua vez, é a mesma da saída, daí então o nome Morro do Forno.

Provocando a preocupação do Presidente Ângelo Muniz, em um dos relatórios de 1858 a Assembleia Legislativa põe em pauta a atuação dos Xoklengs por grandes extensões de terra na colheita de pinhões, principalmente na ponta da serra do Morro do Forno, que se chama Josaphat e na caça pelas margens da Lagoa do Morro do Forno. Necessitava-se da criação de um aldeamento nas margens da Lagoa do Morro do Forno com certa urgência, mas esse aldeamento não saiu das intenções.

3. PROJETO DE LIGAMENTO DAS LAGOAS DO RS À SC

Desde a década de 1770 surgia a ideia de ligar Porto Alegre (RS) à Laguna (SC) por um sistema de transporte que aproveitasse a rede de lagoas do litoral norte rio-grandense e do litoral sul catarinense. As comunicações lacustres naturais se estendiam de Tramandaí à Itapeva e, depois do Mampituba à Araranguá.

De 1816 a 1821 surgiu o primeiro projeto prático, do engenheiro português José Pedro César. Baseado nos vários projetos europeus, que se utilizavam dos rios e lagoas como rota comercial, que floresciam o desenvolvimento econômico da época.

A Monarquia brasileira parecia disposta a realizá-lo. De 1856 a 1861 instalou-se em Torres o agrimensor francês Jean Charles Démoly, encarregado das últimas nivelções. O detalhe mais importante seria o estudo de um canal que unisse o Rio das Pacas com a Lagoa da Itapeva. Mediante essa ligação hídrica, os barcos que procedessem de Tramandaí (ou de Porto Alegre, já que se projetava a ligar a Lagoa

Tramandaí à dos Patos) subiram pelo Rio das Pacas até a Lagoa do Morro do Forno, daí prosseguiram pelo Rio Monteiro ao Mampituba, continuando a viagem até Araranguá e Laguna, através do sistema lacustre daquele lado. Ligar-se-iam, assim, as duas bacias, a gaúcha e a catarinense. (WEBBER: 2003, p.73).

O engenheiro Démoly e sua equipe só encontraram duas dificuldades para o canal, ambas superáveis; a má vontade de colonos que se haviam apossado ilegalmente das terras devolutas por onde passaria o corte e a pouca consistência do solo no banhado das Pacas, às margens da Lagoa Itapeva. O projeto foi então, desconsiderado pelos governantes do período.

Vale salientar que as águas das lagoas da época possuíam um nível freático muito mais alto do que as da atualidade, já que hoje sofrem evidente processo de assoreamento. Como foi o caso da lagoa do Morro do Forno, muito utilizada para as lavouras de arroz das proximidades.

4. PRESENÇA DE NEGROS NA REGIÃO

Mesmo antes da instalação definitiva dos católicos na área livre de inundações, o próprio Paula Soares havia estabelecido um engenho de cana-de-açúcar, entre as Lagoas do Jacaré e do Morro do Forno. O empreendimento contava com um bom número de escravos africanos, podendo ser verificado na carta de Soares na data de 07-11-1826. O engenho era administrado por seu genro, também militar, Ten. Francisco de Paula Nogueira da Gama.

Soares possuía prestígio por grandes extensões, possuía 26 estabelecimentos produzindo aguardente, gerando 296 pipas por ano, em 1825. Ao lado desta, outras produções tinham certo vulto e cresciam: farinha de mandioca (29 atafonas, produzindo 5.450 alqueires anuais de farinha, em 1825), o milho, a banana, o arroz, o fumo, o café, o algodão, etc.

Mesmo sendo proibidos de possuírem escravos, alguns alemães conseguiram usufruir de negros para o serviço pesado. Foi o caso de José (Juca) Raupp, um dos fundadores e provedores da Capela do Amparo, forte comerciante e plantador intensivo de cana-de-açúcar, que construiu na Colônia de São Pedro uma casa-grande que até senzala para os escravos possuía.

É neste entorno que começam a surgir os Quilombos. Sobre a origem da palavra Ruschel argumenta.

Também em Torres, como no resto do país, ocorreu o típico movimento africano de rebeldia passiva – “quilombo”. De fato, pelos fins da Guerra dos Farrapos (em que se propagou a libertação dos escravos) instalaram-se nas matas ao sul da sede de São Pedro de Alcântara alguns “Canhamboras”. Essa expressão vem do Guarani e significa “os que fogem para o mato” (Caa+Nham+Bora). No resto do Brasil, a palavra sofreu a influência de “Quilombo” (= aldeia, em quimbundo) e se transformou em “quilombolas”. (RUSCHEL: 1995, p.78-79).

Para fugir do trabalho escravo, os Quilombos foram assentados nos meios das florestas, com o intuito de permanecer distantes e escondidos dos colonos. Mas existiam outros perigos com este estabelecimento, além dos animais selvagens, estavam neste ambiente os donos das terras, que as conheciam por séculos:

Mas se o mato era um espaço de liberdade, também era um espaço de riscos, pois para os índios, um quilombo era um acampamento inimigo. OS Xokleng não distinguem negros de brancos, estavam do mesmo lado da fronteira étnica. A oposição entre senhores brancos e escravos negros não tinha como ser percebida pelo índio, pois a sociedade envolvente sempre agiu de maneira uniforme contra ele. Também não há nada que nos faça pensar que os negros pudessem ter uma representação do índio diferente do que aquela do branco. Por isso, os quilombolas tinham que se defender também de índios. O fato é que os índios temiam os negros de um mesmo quadro de violência. Assim, um eventual encontro entre esses dois grupos tinha desfecho nada amistoso. (DA CUNHA: 2012, p.174).

Um dos locais escolhidos para a formação de um Quilombo foi em Morrinhos do Sul. Neste ambiente, abriram picadas nas matas do Morro dos Negros, afluente do rio das Pacas, onde existiu a Grande Cachoeira dos Negros, construíram seus ranchos, fizeram roçados e se dedicaram à agricultura de subsistência e plantio de árvores frutíferas (laranjeiras). Pouco tempo depois, em 1848 ou 1849, uma expedição de caçadores brancos os expulsou do morro. Esta história seria completamente apagada da região, somente num relatório ao Governo da Província elaborado pelo agrimensor francês Charles Pompeé Demoly, em 1859, ele seria mencionado.

No trabalho de Ilva Maria Webber, identifica as três propriedades mais próximas das quais poderiam ser o local de onde estes negros deveriam estar fugindo:

- a) O engenho situado perto da Lagoa do Morro do Forno, do proprietário Brigadeiro Francisco de Paula Soares;
- b) O canal de José (Juca) Raupp, forte plantador e comerciante alemão da Colônia de São Pedro de Alcântara onde tinha casa-grande e senzala;
- c) As sesmarias do Alferes Manoel Francisco da Terra e de seu filho juiz de paz, José Lemos Terra, ambas com frente na Lagoa da Itapeva e fundos nos morros do Rio do Terra.

Entretanto, os negros poderiam ter vindo de um local mais longínquo, como de Conceição do Arroio, das grandes propriedades da serra, como São Francisco e Vacaria, ou de Santa Catarina, zona onde os escravos eram relativamente mais numerosos.

5. MOVIMENTO IMIGRATÓRIO PARA O RS

No início do século XVIII alguns bandeirantes desbravavam a região do Litoral Norte Gaúcho em busca do ouro, famoso por suas estórias; e a busca de índios, que seriam comercializados como escravos. A região também teria sido utilizada como rota de tropeiros

que viajavam de Laguna à Colônia de Sacramento, onde começou a surgir resquícios de pequenos comércios para atender os viajantes.

Em 1808 iniciaria a política de estabelecimento de colônias agrícolas no Brasil, promulgadas em dois decretos pelo príncipe regente Dom João:

Em 1º de setembro, determina a vinda de 1.500 famílias, ou um número de homens e mulheres em idade de casar, trazidos dos Açores para o Rio Grande do Sul, para pequenas sesmarias que deveriam cultivar; e em 25 de novembro, permitiu a concessão de sesmarias a estrangeiros, buscando aumentar a lavoura e a população.

No Rio Grande do Sul a colonização com os imigrantes estrangeiros fazia-se necessária e urgente, basicamente, pelos seguintes motivos. Precisava-se da produção de alimentos que abastecesse o mercado interno, do qual constituiria um mercado dualista, não dependente estritamente da economia do gado, que até então era o pilar econômico do Estado, e de pessoas ligadas a algum laço com o governo, defendendo os ideais deste, como proteger a fronteira contra os espanhóis, que por sua vez, também faziam residência nestas terras.

Na medida em que o governo e os grandes senhores necessitavam de mão-de-obra e homens fiéis às ordens das autoridades portuguesas, a Europa também estava passando por um período delicado, sofrendo por um grande continente populacional, e máquinas que substituíam o trabalho manual, desalojando os operários de suas ocupações.

As grandes cidades não tinham condições para abrigar a população que estava chegando do campo. Este grupo começou a viver em situação miserável, sem condições de sobrevivência e privados de trabalho e liberdade. A partir daí surgiu um grande movimento emigratório em todo o continente europeu, em maior escala para as primeiras levas alemãs, eslavas e de imigrantes italianos. Posteriormente também viriam de outros continentes, como os turcos, árabes e japoneses.

A corrente migratória alemã para o Brasil começou no século XIX, em 1824. A facilidade de aquisição de terras no Brasil, incentivada pelo governo imperial, contribuiu para que se formasse, desde os primeiros tempos, uma população de pequenos agricultores, concentrados principalmente no Vale do Itajaí em Santa Catarina e no Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul. Depois que chegavam ao Rio Grande do Sul, os colonos recebiam ferramentas, semente e dinheiro. Esses recursos e a passagem de vinda da Europa eram cobrados posteriormente, com taxas de juros exorbitantes.

Frequentemente, esses pequenos benefícios não chegavam às mãos dos colonos, ficando em poder dos responsáveis pela contratação e assentamentos. As condições de miséria em que muitas vezes eram lançados os imigrantes, levaram vários deles a retornar ao país de

origem, entretanto, a maioria deles não havia opção, pois já haviam vendido os poucos bens da terra natal, para chegar na tal terra descrita como um paraíso.

Do vale do Rio dos Sinos, mais especificamente em São Leopoldo, no ano de 1826, o Tenente Coronel Francisco Paula Soares buscou novos moradores para residirem em uma colônia da região de Torres. Segundo Webber, quem estava disposto a mudar-se, receberia enxadas, machados, foices e panelas, além de gado cavalar e vacum. O rol foi constituído por 312 pessoas, sendo 77 famílias e 40 solteiros avulsos.

Chegando às margens do rio Mampituba, o agrimensor percebeu dois equívocos. O primeiro que haviam chegado 421 habitantes e que a terra comportava apenas 200; e o segundo que as terras estavam sujeitas às inundações.

Conforme o projeto original, todos os católicos e protestantes seriam instalados na margem sul do Mampituba. Porém, para piorar ainda mais a situação, no mesmo ano houve muita chuva e alagou as terras prometidas. A insatisfação geral levou com que Soares determinasse: nas margens do Mampituba ficariam os católicos, quanto aos protestantes, seriam acomodados nas margens férteis, mas distantes, do Rio Três Forquilhas, acompanhados de um pastor e um médico, o que ocorreu de fato no mês de junho de 1827.

Os alemães católicos que ficaram em Torres, foram para o vale do Mampituba, às margens do Rio Verde. Porém, nos primeiros anos uma enchente atingiu todo o vale, e estes novamente se locomoveram, desta vez para os morros próximos, a leste da Lagoa do Morro do Forno, ficando no vale apenas algumas famílias como os Grübler, os Müller, os Bauer, os Shaeffer, entre outros.

A região onde se aglomeraram um maior número do povoamento de alemães católicos passaria a se chamar Colônia Dom Pedro de Alcântara. A história do nome dessa região é apresentada também por Webber.

Em 25 de dezembro de 1826, no mesmo ano da chegada dos imigrantes, teve passagem por Torres o Imperador D. Pedro I convidados pelo Comandante Paula Soares, os alemães aproveitaram a oportunidade e pediram ao Monarca uma gleba de terras onde seria construída a sede comunitária dos mesmos. O Imperador sensibilizado atendeu o pedido com a doação de 25 hectares de terra para esta finalidade e, em sua homenagem deram-lhes o nome de Colônia Dom Pedro de Alcântara. (WEBBER: 2003, p. 43).

Pelo que se supõem, nos primeiros sete ou oito meses, os Xokleng não atacaram os recém-chegados. Dedicaram-se a tarefa da observação, estudando as características dos novos grupos tão estranhos a eles. Desta vez, o grupo invasor não se tratava dos Kaingang ou lusoportugueses, antigos inimigos, estes novos grupos possuíam uma coloração diferente, uma linguagem nunca vista, e carregavam armas de fogo provando que não eram nada pacíficos.

Estes novos imigrantes, logo escolheram como cultura básica a cana-de-açúcar, também plantavam alguns cereais para a subsistência, como milho, feijão e arroz de sequeiro. Tal opção, provavelmente se deve ao clima muito favorável a essa cultura e, pelo fato, de ser um produto não perecível, uma vez que o mercado de consumo, ou seja, a capital da Província ficava muito distante.

Como consequência da numerosidade dos filhos que os colonos passaram a ter, a subdivisão dos lotes das terras passaram a diminuir a cada geração. Também porque estavam chegando mais agricultores de outras origens étnicas à região. Assim, anualmente mais áreas nativas eram desmatadas para a ocupação e plantio agrícola. Isso obrigou muitos deles a procurarem terras mais distantes, ocasionando um verdadeiro êxodo para as bandas da costa da serra.

Dentre os colonos que se aventuraram para a encosta da serra, os Selau eram talvez os mais ousados. Família numerosa, viu-se também, já na primeira geração, com pouca terra. Do Morro dos Passarinhos, onde moravam a muito tempo, contemplavam, por cima da lagoa do Morro do Forno, aquela bela encosta da serra, com um rico varzedo a seus pés. [...] Em uma semana estavam de volta eufóricos e, em pouco tempo, estavam se assentando na dita encosta que passou a ser chamada de Costão. (SELAU: 1995, p.16).

Mesmo as terras baixas, formadas pelas várzeas das lagoas do Forno e Jacaré, ou das margens alagadiças dos rios Monteiro e das Pacas, passaram a ser disputadas, tanto por brasileiros quanto por alemães. Esse espaço, rejeitado a princípio, achava sua utilidade do ponto de vista econômico, pois nele era possível a criação de animais ou o cultivo de alguns produtos adaptáveis a esse tipo de terreno.

Com a expansão destes colonos alemães, há o choque com os grupos indígenas que conheciam nitidamente cada pedaço do território e, com os antigos portugueses que já estavam estabelecidos nestas terras.

Em fins do século XIX e início do século XX, outra corrente imigratória ganha destaque, os italianos. A maioria destes vindos de Caxias do Sul, desciam a serra a pé com seus filhos e parentes, trazendo seus objetos nos cargueiros, o destino seria a então comunidade de Morro Azul.

A este respeito Maria Boff Steffen, descendente de italianos, passou esta história para sua geração. Descendo a serra com toda a família, pais e irmãos, com apenas um burro transportando a carga, vieram desbravando os matos e enfrentando as adversidades da natureza para chegar a Morro Azul. Provavelmente, em uma das paradas para o descanso, um irmão seu, ainda bebê ficou perdido pelo caminho, imediatamente todos retornaram o trajeto à busca do pequeno, até que o encontraram deitado em cima de uma pedra chorando. Dias

depois estavam em Morro Azul, e aí deixariam um legado ainda presente no sobrenome de muitos que ainda vivem nesta comunidade, o sobrenome Boff.

6. MEMÓRIAS DA COMUNIDADE DE MORRO DO FORNO

Muitas são as memórias e lembranças dos tempos que foram transformando lentamente o cotidiano dos habitantes da comunidade, seja no trabalho, na religião, no estudo e no próprio seio familiar. Com o objetivo de preservar os aspectos sociais, culturais e históricos da comunidade, foram levantadas algumas histórias e estórias que retratassem a típica comunidade do interior de Morro do Forno.

Nesta localidade destacada por montanhas exuberantes, pode-se perceber inúmeras etnias diferentes, principalmente de portugueses, espanhóis, alemães, italianos e de mestiços de índios com o homem branco. Estes traços expressam-se nas características físicas, como cor de pele, cabelo, estatura física e na cultura local, como na comida, religião, lendas.

Muitas famílias que vieram para estas terras eram de descendentes de índios com os brancos, isto ainda pode ser avistado perceptivelmente no cabelo liso na coloração preta e traços faciais. Vários sobrenomes nos fornecem esses dados, normalmente indicando que sua avó ou bisavó foi caçada no mato, a família Corrêa sem dúvidas alguma é uma delas. Avelino Maia Corrêa, nascido em 1920 afirma que suas duas avós foram caçadas no mato, de início mostraram resistência, mas aos poucos foram aculturadas e incorporadas no sistema de vida baseado nos europeus.

Sobre normalmente serem as índias as progenitoras da população miscigenada há uma explicação. As índias Coroadas (Kaingang), assim como as Botocudas (Xokleng), eram encarregadas de coletar os alimentos, tipo pinhões e mel, e devido à isto se afastavam das cercanias da tribo, e os cães de tropeiros, colonizadores e moradores das regiões as encurralavam, tomando-as muitas vezes como companheiras.

Sabe-se que nos massacres promovidos pelos bugreiros eram comum se pouparem algumas crianças para vendê-las a famílias brancas sem filhos, ou para exibí-las como troféus de guerra. No entanto, grande parte delas vinham a falecer.

Sobre essas crianças capturadas, diz-se que a maior parte morria depois de certo tempo, principalmente em consequência da súbita mudança de hábitos, principalmente das dificuldades imediatas de aceitar os padrões de alimentação e de vida sedentária dos civilizados. Morriam também pelos problemas decorrentes da falta de resistência para as doenças comuns dos brancos. Segundo Sílvio Coelho dos Santos, devemos ainda considerar todos os problemas decorrentes da vinculação a um grupo inimigo e conseqüentemente odiado. Muitas não superavam o medo, a saudade, e os traumas psicológicos trazidos do massacre cometido pelos bugreiros e da qual os personagens em questão foram poupadas. Assim, poucas logram

sobreviver até a idade adulta e se acomodar aos padrões de cultura dos civilizados. (DA CUNHA: 2012, p.207).

Segundo Antônio André Carlos, nas matas do Morro do Forno no início do século XX, existiam muitos índios, mas estes viviam escondidos. Durante a noite ou em um momento disperso dos colonos, eles trocavam o peixe que traziam por cachaça, na modalidade de um “escambo mudo”. Ou seja, furtavam algum produto do qual precisavam ou apreciavam, mas tomavam a precaução em retribuir o dano, deixando no local algo que sabiam ser de interesse dos brancos.

Uma história muito conhecida e contada em Morro do Forno, seria sobre um morro pertencente à esta comunidade denominado de Arroio do Tigre, do qual teria levado este nome, por em meados do início do século XIX um animal de grande porte atacar animais e deixar vestígios nas redondezas desta localização. Ao tomar conhecimento do fato, reuniram-se Raimundo Pinto, Chico Pacheco e Pedro José Corrêa e cães de caça para por fim aos estragos da fera. Subiram o morro realizando picadas pela mata, quando se depararam com o felino atribuído com o tigre e conseguiram o pôr na enrascada, matando-o. Depois deste acontecimento narrado pelos três corajosos, ainda nos dias de hoje o morro é conhecido por este nome.

Sobre os alemães, a comunidade também possui uma verdadeira epopeia. No período da Segunda Guerra Mundial, Vicente Collete Steffen, imigrante alemão, buscava jornais em alemão e espalhava as notícias para o povo que vivia no Morro do Forno e proximidades. Vicente logo passou a ser visto como uma ameaça para o governo, que proibia qualquer vínculo aos países membros da Tríplice Aliança, pois o país apoiava os países da Tríplice Entente. Com guardas do governo lhe procurando, o mesmo se escondeu em um dos morros do Morro do Forno, quando estava a passar fome tirava a calha que transportava água para a família que vivia em baixo, assim sua esposa lhe levava alimentos.

Assim, quando aqui os primeiros colonos residiram as dificuldades eram enormes, mas a força de vontade permitiu com que se afirmassem na localidade. Para residirem nas terras, rapidamente casas eram construídas, sendo feitas de tábuas de madeira de licurana, louro, baguassul, cedro, dentre outras, escolhidas na própria mata e depois serradas à mão em um estaleiro. Conforme Balbino de Oliveira:

Nesta época, a venda da madeira foi a salvação, porque eles não tinham como fazer dinheiro. Só o que existia era mato. Os portugueses só compravam cedro e louro (madeiras nobres). Eles tinham uma grande carroça de quatro rodas puxada a boi, com a qual buscavam a madeira no mato, serravam e vendiam em Torres. Levavam de lancha, atravessavam a lagoa do Morro do Forno, desciam pelo rio Monteiro, chegavam ao Rio Verde e iam pelo rio Mampituba, chegavam ao antigo porto das Figueiras, na divisa com Santa Catarina. (OLIVEIRA: 2015, p.23).

A respeito da religiosidade, Erondina Mengue Carlos menciona a forte fé que tinham seus sogros, André Antônio Carlos e Amélia Evaldt, habitantes de Morro do Forno. Ambos sentiam a necessidade de figuras religiosas na comunidade, pois no período não existia igreja no Morro do Forno. Com este intuito, André Antônio Carlos entrou em contato com o padre da Colônia de São Pedro para rezar a primeira missa nesta terra, e logo a missa foi marcada.

No dia estabelecido, o padre veio a cavalo da Colônia de São Pedro, atolando pelos banhados para rezar a primeira missa, que era na casa de Antônio e Amélia. Nesta data foram realizados aproximadamente 20 batizados, além das crianças que eram batizadas, os pais destas também o eram, pois as pessoas daqui ficavam muito longe das igrejas, e por isto, não puderam participar destes ritos. Logo, na mesma casa foram feitas Primeiras Comunhões e casamentos (de 10 à 15 casamentos), tudo nas mesmas datas.

Em 1940 começaria a se concretizar um dos sonhos dos habitantes da comunidade, a construção da primeira igreja. Balbino de Oliveira descreve que o roçado se iniciou em 1940, e em 1944, a primeira igreja estava de pé. O terreno foi doado por Camilo Boff, morador da praça que era de descendência italiana. Para o autor e antigo morador da comunidade, os construtores da primeira igreja foram Isidoro Bernardo Dizidério, Ernesto Boff, José Lúcio, Manoel João Scheffer, Camilo Boff e Guilherme Boff.

Construída a igreja, passava a originar várias festividades religiosas, que abarcavam toda comunidade, já que todos desde local eram de religião católica. Exigia-se vários requisitos, as mulheres deveriam sempre estar de vestidos compridos, de mangas compridas também e com lenços na cabeça, os homens também deveriam vestir com roupas compridas, como as calças e as camisas, caso estas especificidades não estivessem de acordo, o indivíduo não poderia participar da missa.

Para sobreviver a fonte de renda era a subsistência da agricultura familiar, plantando milho, feijão, aipim e em maior escala, as plantações de cana para abastecer os engenhos, a plantação de fumo de corda e da banana, sendo esta última a base da economia ainda na atualidade.

A plantação do fumo era árdua, fazendo com que muitas famílias se unissem para realizar o trabalho. Neste momento havia passagem de muitos conhecimentos e das novidades que escutavam. Balbino recorda os tempos em que o fumo era a principal atividade de subsistência, lembrando com saudades das amizades do período.

A produção do fumo em corda frequentemente proporcionava a reunião das famílias vizinhas para o chamado “serões” noturnos para a deslatação (tirar o talo para não apodrecer) do fumo. Também ocorria a atualização das novidades, pois não havia rádio, nem jornal. As informações passavam de boca em boca. O multirão

proporcionava o estreitamento das amizades demonstradas através da doação de produtos criolos, a exemplo de um “frito de porco”, torresmos, broas, cuscuz, pães. Além do trabalho coletivo, os serões tinham um caráter social, com diversas formas de convívio desde assuntos da comunidade, até cantorias, arranjo de namoro, troca de experiências relativas à saúde e receitas. (OLIVEIRA: 2015, p.26-27).

Sobre os engenhos Antônio Pereira Corrêa relata a dificuldade em que passavam. Filho de José Pedro Corrêa e Natalina Pereira Corrêa, possuindo 18 irmãos, tinha que conciliar os estudos com o serviço. Desde criança, assim como os demais irmãos deviam acordar cedo para trabalhar. As lidas eram carpir até o crescimento da cana, depois cortá-la e aí então era trazida até o engenho, onde seria moída e após lambicada. Na última etapa, a carga horária era adentrada pela madrugada na maioria das noites, pois havia um tempo estimado que devia ser cuidado com precisão para que se tornasse cachaça.

Em 1948 entraria na região as primeiras mudas de bananeiras, planta da qual foi sendo adotada por praticamente toda região. A bananeira se adaptou perfeitamente ao ambiente, que possui muitos morros de terra vermelha, propícios em conjunto com o clima, que garantem uma excelente produção.

Na época, existiam poucos poteiros (campo de pasto) para o gado. O gado bovino consistia mais para o transporte, poucos eram aqueles que possuíam algumas cabeças. Apenas uma vaca ou boi, poderia comprar mais de um hectare de terra.

Muitos desses produtos agrícolas produzidos no Morro do Forno eram destinados ao Porto Embira. Nessa época, o porto era muito movimentado, pois grande parte do comércio do interior de Torres passava por ele, lá existia uma espécie de lancha que transportava a carga. Este Porto, também é conhecido por nome de lagoa do Morro do Forno, que atualmente pertence a comunidade de Pixirica.

Outro acontecimento muito marcante na memória local foi de um grande incêndio no ano de 1951. Ocorria uma seca que durava mais de seis meses, os campos estavam muito secos, e havia incêndios nos campos de cima da serra, assim logo o fogo se alastrou, devorando casas, engenhos, plantações, estendendo o fogo da região do Morro do Tigre e os demais morros, principalmente os na direção sul de Morro do Forno, e na comunidade de Chapecó e Rio Bonito.

7. MUDANÇAS PROMOVIDAS PELO TEMPO

Do período descrito até os dias atuais houve uma brusca mudança. O ensino tornou-se mais qualificado, com professores com ensino superior completo, com uma escola com

maiores recursos, possuindo uma variedade de material escolar, biblioteca com um considerável número de livros, um refeitório, pracinha.

A questão econômica da população melhorou significativamente. Praticamente todos moradores dependem ou possuem vínculos com a produção de banana, e o que lhe garantem uma casa própria, com água, luz, tv, um meio de transporte como o automóvel ou motocicleta.

Com o desenvolvimento da economia, além de uma alimentação mais farta, os cuidados com a saúde progrediram, pois a prevenção das doenças levaram a que os idosos tenham uma qualidade de vida maior, com postos de saúde na comunidade que auxiliam em alguns cuidados básicos.

Outras facilidades da região são um mercado grande com produtos variados e outros mercados menores, uma costureira, ônibus de linha que passa todos os dias na comunidade e um ônibus escolar que leva os estudantes para a escola e universidade mais próxima que fica em Torres, ginásio de esportes, duas igrejas (uma católica e outra evangélica), antenas que permitem o acesso de aparelho celular e internet, etc.

METODOLOGIA

A contribuição sociológica no ensino de história local no Ensino Médio deverá se proceder em aulas explicativas dialogadas, que trabalhe com fontes bibliográficas, estimulando o conhecimento científico e a leitura. Desta forma, o professor de sociologia realizará explicações dos conteúdos, com abertura para questionamento e críticas.

Após a etapa de se conhecer o tema proposto, o professor ministrará um projeto do qual os alunos serão incumbidos de coletar pesquisas orais com as pessoas da comunidade, complementando o estudo com as informações das fotografias e de objetos que retratem a época.

Com a finalidade de divulgar os conhecimentos adquiridos, espera-se que os educandos estejam aptos para a preparação de um trabalho escrito e de uma apresentação oral com o auxílio de PowerPoint na sala de aula, onde estarão presentes os próprios entrevistados, que por sua vez, serão convidados para assistir e complementar nos trabalhos.

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

ATIVIDADES

PERÍODO DA PESQUISA – 2015

	Set	Out	Nov	Dez
Elaboração Projeto	X	X		
Entrega Projeto				X
Redação 1º capítulo		X	X	
Redação 2º capítulo		X	X	
Redação 3º capítulo		X	X	
Redação 4º capítulo		X	X	
Redação 5º capítulo		X	X	
Redação 6º capítulo		X	X	
Redação 7º capítulo		X	X	
Apresentação TCC				X
Correções Finais				X

RECURSOS:

Os recursos utilizados foram as fontes bibliográficas de livros que abordavam sobre a comunidade de Morro do Forno e suas proximidades; o site da prefeitura de Morrinhos do Sul/RS; das fotografias que retratassem a memória local; das entrevistas orais realizadas por mim durante um tempo indeterminado, já que há anos me dedico a coletar estórias das pessoas de mais idade da comunidade; também das entrevistas orais descritas pelos alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental São Jorge no ano de 1999, época em que pude

participar do projeto, pois estudava no pré-escolar; e de um projeto por mim realizado dezesseis anos mais tarde (2015) na mesma escola, do qual visava os mesmos objetivos, resgatar a memória oral da comunidade, sendo aplicado com os alunos do 1º ao 6º ano na oficina de Teatro /Cultura, Artes e Educação Patrimonial voltadas à Educação Integral – PME.

PLANO PROVISÓRIO DA MONOGRAFIA

CAPÍTULO 1: MUNICÍPIO DE MORRINHOS DO SUL

- Localização do município;
- Hidrografia e Economia;
- Comunidades que compõe o município.

CAPÍTULO 2: INDÍGENAS QU E HABITAVAM O LITORAL NORTE GAÚCHO

- Denominação do grupo indígena Xokleng;
- Modo de vida e locais que eram habitados pelos Xokleng;
- Contato com o colonizador europeu;
- Importância da Lagoa do Morro do Forno;
- Território de Morro do Forno, local sagrado e ponto estratégico militar.

CAPÍTULO 3: PROJETO DE LIGAMENTO DAS LAGOAS DO RS À SC

- Estudo dos territórios que abrangem as lagoas;
- Colonos que se apossaram das terras;
- Desconsideração do projeto.

CAPÍTULO 4: PRESENÇA DE NEGROS NA REGIÃO

- Brigadeiro Francisco de Paula Soares e a instalação de engenhos de açúcar, dentre eles, um próximo da Lagoa do Morro do Forno, utilizando mão de obra escrava;
- Colônia de Dom Pedro de Alcântara e a utilização de negros escravizados;
- Quilombo em Morrinhos do Sul/RS.

CAPÍTULO 5: MOVIMENTO IMIGRATÓRIO PARA O RS

- Brasil e o incentivo à imigração;
- Motivos que levaram à imigração ao RS;

- Instalação de alemães católicos em Torres e posteriormente em Dom Pedro de Alcântara;
- Imigração italiana em Morro Azul.

CAPÍTULO 6: MEMÓRIAS DA COMUNIDADE DE MORRO DO FORNO

- Relatos sobre os indígenas que habitavam Morro do Forno;
- Entrevistas sobre o início da povoação da comunidade;
- Construção da primeira igreja e escola;
- Agricultura e os meios de sobrevivência;
- Religião e cultura e suas influências na sociedade;

CAPÍTULO 7: MUDANÇAS PROMOVIDAS PELO TEMPO

- Desenvolvimento econômico;
- Construção de novos prédios sociais e comerciais na região;
- Tecnologias e seus reflexos na localidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CUNHA, Lauro Pereira da. *Índios Xokleng e colonos no litoral norte do Rio Grande do Sul (Séc. XIX)*. Porto Alegre: Evangraf, 2012.
- DA CUNHA, Jorge Luiz. *Imigração e colonização alemã*. Ed.1988.
- MORAES, Amaury C. et al. *Curso de especialização em ensino de sociologia : nível médio : módulo 1*. Cuiabá: Editora Central de Texto, 2013.
- OLIVEIRA, Balbino de. *Um agricultor ecologista: vivendo o presente, aprendendo com o passado, projetando o futuro*. Foz do Iguaçu: Epígrafe, 2015.
- OLIVEIRA, Luci Lippi. *O Brasil dos imigrantes* – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2001.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2009.
- RUSCHEL, Ruy Ruben. *Torres Origens*. Torres: Gazeta, 1995.
- SAINT-HILAIRE. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1997.
- SELAU, José Krás. *Colônia de São Pedro: um pouco de sua história*. Torres: Evangraf, 1995.
- WEBBER, Ilva. *Imigração alemã no município de Morrinhos do Sul*. 2003.
- WITT, Marcos Antônio. *Fontes litorâneas: escritos sobre o Litoral Norte do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Editora Unisinos/Oikos, 2012.